

**PROJETO DE LEI Nº 002, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2025**  
**(Do Poder Executivo)**

Dá nova redação às Leis do Ordinárias nº 67/1994, nº112/1997 e nº 287/2005, Redefine a Composição e a Competência do Conselho Municipal de Saúde de Bananeiras – CMS/BANS e dá outras providências.

**O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE BANANEIRAS**, no uso de suas atribuições que lhes confere a Lei, submete à apreciação da Câmara Municipal o seguinte Projeto de Lei:

**Art. 1º** O Conselho Municipal de Saúde de Bananeiras (CMS/BANS) é um órgão colegiado de caráter permanente, deliberativo e autônomo, integrante do Sistema Único de Saúde (SUS) no âmbito municipal, com a finalidade de propor, discutir, acompanhar e fiscalizar a política municipal de saúde.

**§1º** O CMS/BANS tem por finalidade a implementação da Política de Saúde, inclusive acompanhar e controlar aspectos econômicos e financeiros do Município de Bananeiras, em conformidade com a Constituição da República Federativa do Brasil, Título VIII, Capítulo II, Seção II, as Leis Federais nº 8.080/90, nº 8.142/90 e a Lei Complementar nº 141/12.

**Art. 2º** O CMS/BANS expedirá resoluções, moções e outros atos administrativos dentro de sua competência, determinando sua publicação oficial.

**§1º** As resoluções deverão ser homologadas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal no prazo de 30 (trinta) dias.

**§2º** Dentro do prazo previsto no § 1º deste artigo, o Chefe do Poder Executivo Municipal poderá devolver ao Conselho Municipal de Saúde a(s) Resolução(ões),

apresentando justificativa da rejeição ou propondo alterações que serão apreciadas em Plenário.

**§3º** Decorrido o prazo previsto no § 1º deste artigo e não sendo homologada Resolução expedida, estas serão consideradas homologadas tacitamente por decurso de prazo.

**Art. 3º** O CMS/BANS observará no exercício de suas atribuições as seguintes diretrizes básicas e prioritárias:

**I** – A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à promoção da saúde, redução do risco de doenças e de outros agravos, e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção, recuperação e reabilitação; e

**II** – Integralidade de serviços de saúde, buscando a promoção da saúde em toda a rede municipal, diminuindo as taxas de mortalidade infantil e aumentando a expectativa de vida.

## **CAPÍTULO II**

### **DAS COMPETÊNCIAS**

**Art. 4º** Ao Conselho Municipal de Saúde de Bananeiras compete:

**I** - Deliberar sobre estratégias e fazer cumprir a Política Municipal de Saúde no âmbito público e privado, inclusive nos seus aspectos econômicos e financeiros;

**II** - Fiscalizar, no nível municipal, o funcionamento do Sistema Único de Saúde - SUS;

**III** – Apreciar, aprovar e acompanhar o Plano Municipal de Saúde, fazendo avaliações periódicas inclusive aprovando proposta de operacionalização das diretrizes aprovadas pelas Conferências de Saúde;

**IV** - Acompanhar e fiscalizar o Fundo Municipal de Saúde - FMS, no que se refere à aplicação dos recursos transferidos pelo Governo Federal e Estadual, bem

como do orçamento municipal consignados ao Sistema Único de Saúde - SUS, nos termos da Lei que constituiu o Fundo Municipal de Saúde de Bananeiras;

V – Apreciar a movimentação de recursos financeiros do Sistema Único de Saúde no âmbito municipal, bem como pronunciar-se conclusivamente sobre os relatórios de gestão, apresentados pela Secretaria Municipal da Saúde;

VI – Criar comissões necessárias ao efetivo desempenho do conselho, aprovando, coordenando e supervisionando suas atividades;

VII – Apreciar os parâmetros municipais quanto à política de recursos humanos para a saúde, bem como a alocação de recursos econômicos, financeiros, operacionais e humanos dos órgãos integrantes do SUS;

VIII – Estabelecer estratégias e procedimentos de acompanhamento da gestão do SUS, articulando-se com os demais colegiados como os de seguridade, meio ambiente, justiça, educação, trabalho, agricultura, idosos, criança, adolescente e outros;

IX - Promover a articulação com os setores da Secretaria Municipal da Saúde para garantir a atenção integral à saúde;

X - Fomentar e acompanhar a formação dos Conselhos Distritais, Locais e Conselhos Gestores das Unidades de Saúde, vinculadas ao SUS de acordo com a legislação a eles aplicável;

XI - Verificar e analisar as informações de caráter técnico-administrativo, econômico-financeiro, orçamentário e operacional, sob responsabilidade direta ou delegada da Secretaria Municipal da Saúde, incluindo a gestão de pessoal, contratos de gestão, convênios e outros instrumentos congêneres mantidos pela Pasta e que digam respeito à estrutura e ao funcionamento do Sistema Único de Saúde na Cidade de Bananeiras;

XII - Aprovar a proposta orçamentária anual de saúde, tendo em vista as metas e prioridades estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, observado o princípio do processo de planejamento e orçamentação ascendentes, conforme prescreve o art. 36, da Lei nº 8.080/90;

XIII - Estimular, apoiar e promover estudos e pesquisas sobre assuntos e temas na área de saúde pertinentes ao desenvolvimento do SUS;

XIV – Apoiar e promover a educação para o controle social, dentro de uma política de Educação Permanente, promovendo debates para estimular a participação comunitária, visando prioritariamente, a melhoria de serviços de saúde no Município;

XV – Estabelecer ações de informação, educação e comunicação em saúde;

XVI – Divulgar as funções e competências do CMS/BANS, seus trabalhos e decisões pelos meios de comunicação, incluindo informações sobre as agendas, datas e local das reuniões;

XVII – Elaborar propostas, aprovar e examinar quaisquer outros assuntos que lhe forem submetidos, na sua área de competência;

XVIII - Acompanhar o processo de desenvolvimento e incorporação científica e tecnológica na área de saúde.

### **CAPÍTULO III**

#### **DA CONSTITUIÇÃO E DA COMPOSIÇÃO**

**Art. 5º** O CMS/BANS terá a seguinte constituição:

- I – 50% de entidades e movimentos representativos de usuários;
- II – 25% de entidades representativas dos trabalhadores da área de saúde;
- III – 25% de representação de governo e prestadores de serviços privados, conveniados com o SUS, com ou sem fins lucrativos.

**Art. 6º** O CMS/BANS será integrado por 12 (doze) conselheiros, sendo:

- I – 6 (seis) representantes do conjunto de entidades representativas dos usuários do SUS, dentre as seguintes representações:
  - a) 01 (um) representante de associações dos portadores de deficiência;
  - b) 01 (um) representante de entidade de movimentos organizados de mulheres;

c) 01 (um) representante do conjunto das entidades sindicais dos trabalhadores, preferencialmente dos trabalhadores rurais ou urbanos;

d) 01 (um) representante de entidades ou Organizações não-Governamentais – ONGs, preferencialmente que congregam os ambientalistas;

e) 01 (um) representante de organizações religiosas;

f) 01 (um) representante dos usuários do SUS;

II – 03 (três) representantes escolhidos pelas entidades representativas dos trabalhadores do setor de saúde, entre associações e sindicatos, sendo pelo menos 02 (dois) representantes com área de atuação de suas entidades no setor público;

III – 03 (três) representantes da Secretaria Municipal de Saúde, 01 (um) deles o(a) titular da pasta;

§1º A representação dos usuários não poderá ser exercida por profissionais de saúde e/ou prestadores de serviços de saúde.

§2º Cada representante terá o seu respectivo suplente, indicado pelos respectivos órgãos, entidades e instituições.

§3º Para garantir o respeito aos princípios do contraditório e da ampla defesa, ao utilizar-se do grau de recurso em instância superior, é vedada a participação de representante do Conselho Estadual de Saúde e do Conselho Nacional de Saúde na composição do CMS/BANS.

§4º A presidência do CMS/BANS será exercida por um dos membros escolhido em eleição interna.

§ 5º Para garantir a legitimidade de representação paritária dos usuários, é vedada a escolha de representante dos usuários que tenha vínculo, dependência econômica ou comunhão de interesse com quaisquer dos representantes dos demais segmentos integrantes.

§ 6º Fica vedado aos membros do CMS/BANS terem mais de uma representação.

§ 7º Os representantes de todos os segmentos, titulares e suplentes, serão designados por Portaria do Prefeito Constitucional, respeitando a indicação de suas entidades ou órgãos correspondentes nas formas previstas nesta Lei.

§ 8º O CMS/BANS deliberará com a presença de, no mínimo, metade mais um de seus representantes.

§ 7º Todas as instituições, órgãos e entidades a que se refere este artigo serão de âmbito municipal.

## **CAPÍTULO IV**

### **DA ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO**

**Art. 7º** O CMS/BANS terá a seguinte estrutura hierárquica:

- I. Plenária
- II. Mesa Diretora
- III. Secretaria Executiva
- IV. Comissões Permanentes

**Art. 8º** O CMS/BANS exercerá suas competências mediante o funcionamento da Plenária, que é instância máxima e deliberativa, composta por todas as representações eleitas e indicadas;

**Art. 9º** Caberá à plenária:

- I. Aprovar o Regimento Interno do Conselho;
- II. Escolher a sua Mesa Diretora e indicar sua secretária executiva;
- III. Criar comissões, de caráter temporário ou permanente, bem como outras comissões intersetoriais e grupos de trabalho para ações transitórias,
- IV. Deliberar sobre todas as matérias constantes no artigo 3º dessa lei.

**Art. 10º** A Prefeitura Municipal de Bananeiras garantirá autonomia administrativa, dotação orçamentária e a organização da secretaria executiva com a necessária infraestrutura e apoio técnico, para o pleno funcionamento do CMS/BANS.

**Art. 11 °** O CMS/BANS funcionará segundo o que disciplina o seu Regimento Interno e terá as seguintes normas gerais:

- I. Cabe ao CMS/BANS deliberar em relação à sua estrutura administrativa e o quadro de pessoal;
- II. O CMS/BANS contará com uma secretaria executiva coordenada por pessoa preparada para a função, para o suporte técnico e administrativo, subordinada ao Plenário do Conselho de Saúde, que definirá sua estrutura e dimensão;
- III. O Plenário do CMS/BANS se reunirá, no mínimo, a cada mês e, extraordinariamente, quando necessário, e terá como base o seu Regimento Interno. A pauta e o material de apoio às reuniões devem ser encaminhados aos conselheiros com antecedência prevista no Regimento Interno;
- IV. As reuniões plenárias do CMS/BANS são abertas ao público e deverão acontecer em espaços e horários que possibilitem a participação da sociedade;
- V. O CMS/BANS exerce suas atribuições mediante o funcionamento do Plenário, que, além das comissões intersetoriais, estabelecidas na Lei nº 8.080/90, instalará outras comissões intersetoriais e grupos de trabalho de conselheiros para ações transitórias. As comissões poderão contar com integrantes não conselheiros. A constituição de cada Comissão será estabelecida em resolução própria CMS/BANS e deverá estar embasada na explicitação de suas finalidades, objetivos, componentes, atribuições e demais regras que identifiquem claramente sua natureza;
- VI. As decisões do CMS/BANS serão adotadas mediante quórum mínimo (metade mais um) dos seus integrantes, ressalvados os casos regimentais nos quais se exija quórum especial, ou maioria qualificada de votos;
  - a) Entende-se por maioria simples o número inteiro imediatamente superior à metade dos membros presentes;
  - b) Entende-se por maioria absoluta o número inteiro imediatamente superior à metade de membros do Conselho;

c) Entende-se por maioria qualificada 2/3 (dois terços) do total de membros do Conselho;

VII. Qualquer alteração na organização do CMS/BANS preservará o que está garantido nesta lei e deve ser proposta pelo próprio Conselho e votada em reunião plenária, com quórum qualificado, para depois ser alterada em seu Regimento Interno e homologada pelo gestor da esfera correspondente;

VIII. A cada quadrimestre deverá constar dos itens da pauta o pronunciamento do gestor municipal, para que faça a prestação de contas, em relatório detalhado, sobre andamento do plano de saúde, agenda da saúde pactuada, relatório de gestão, dados sobre o montante e a forma de aplicação dos recursos, as auditorias iniciadas e concluídas no período, bem como a produção e a oferta de serviços na rede assistencial própria, contratada ou conveniada, de acordo com o art. 12 da Lei nº 8.689/93 e com a Lei Complementar nº 141/2012;

IX. O Pleno do CMS/BANS deverá manifestar-se por meio de resoluções, recomendações, moções e outros atos deliberativos. As resoluções serão obrigatoriamente homologadas pelo chefe do poder constituído em cada esfera de governo, em um prazo de 30 (trinta) dias, dando-se lhes publicidade oficial.

**Art. 12º A** Mesa Diretora, coordenará as atividades rotineiras e administrativas do CMS e será composta dos seguintes cargos:

I – Presidente;

II – Vice-Presidente;

III – Secretário.

§ 1º A escolha da mesa diretora ocorrerá na reunião de posse dos Conselheiros e será processada observada a paridade e o que determina o regimento interno.

§ 2º O mandato da mesa diretora é de dois anos, podendo ser reconduzida, em sua totalidade ou em parte, por mais dois anos.

§ 3º A mesa diretora cumprirá as determinações da plenária do Conselho, e em caso de não cumprimento, qualquer conselheiro poderá solicitar sua



substituição, que será apreciada pela plenária e deverá ter aprovação de 2/3 do quórum do CMS.

§ 4º A mesa diretora tem autonomia de decisão em matéria de organização e funcionamento do conselho.

**Art. 13º** Para melhor desempenho de suas funções, o Conselho Municipal de Saúde poderá recorrer a pessoas e entidades, mediante os seguintes critérios:

I. Consideram-se colaboradores do Conselho Municipal, as instituições formadoras de trabalhadores para a saúde e as entidades representativas de profissionais e usuários de saúde, independentemente de sua condição de membros;

II. Poderão ser convidadas pessoas ou instituições de notória especialização na área de saúde para assessorar o Conselho em assuntos específicos.

## **CAPÍTULO V**

### **DA CONVOCAÇÃO E ELEIÇÃO**

**Art. 14º** O mandato dos conselheiros será de 02 (dois) anos, permitida apenas uma recondução.

§ 1º A renovação do CMS/BANS dar-se-á a cada 2 (dois) anos, no primeiro trimestre do ano;

§ 2º O processo de renovação do CMS/BANS deverá contar com ampla discussão, envolvendo o conjunto de entidades, usuários do Sistema Único de Saúde - SUS e trabalhadores da saúde;

§ 3º Perderá o mandato, o conselheiro que no período de 01 (um) ano, faltar a mais de 03(três) reuniões consecutivas ou 05 (cinco) alternadas, sem justificativas;

§ 4º No caso de desistência ou extinção de mandato, de alguma entidade ou movimento, a sua substituição será feita por outra entidade ou movimento do

mesmo segmento, de acordo com o processo de escolha e indicação estabelecidos nos incisos I, II e III do Artigo 5º.

§ 5º No término do mandato, ou na substituição por qualquer motivo, do Prefeito, os representantes indicados por ele permanecerão no exercício das funções até que aconteçam novas designações.

**Art. 15º** As eleições para os membros conselheiros do CMS/BANS serão realizadas observando-se as regras instituídas no seu regimento interno.

§ 1º Caberá à plenária do CMS/BANS escolher a Comissão eleitoral entre seus membros e/ou convidados não conselheiros;

§ 2º O processo eleitoral deverá ter sua convocação realizada por edital público, cabendo a Secretaria Municipal de Saúde sua divulgação em Jornal de grande circulação;

§ 3º Caberá a secretaria executiva organizar o processo e conferir se as entidades que se apresentam preenchem os requisitos exigidos;

§ 4º O regimento interno deliberará sobre o processo eleitoral e sobre a elaboração de normas para sua realização, cabendo à Plenária editar as normas do procedimento eleitoral nos casos omissos;

## **CAPÍTULO VI**

### **DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

**Art. 16º** A Conferência Municipal de Saúde reunir-se-á com a representação dos vários segmentos sociais, para avaliar a situação de saúde e propor as diretrizes para a formulação da política de saúde municipal, convocada pelo Poder Executivo ou, extraordinariamente, pelo Conselho Municipal de Saúde.

**Art. 17º** Poderão ocorrer tantas conferências quantas necessárias para a realização dos processos de trabalho do Conselho Municipal de Saúde, sendo:

- I. Conferência Municipal de Saúde, que ocorrerá a partir da definição do Conselho e que deverá ocorrer obrigatoriamente de forma a preceder as Conferências Estadual e Nacional de Saúde;
- II. Conferências temáticas anuais, realizadas por interesse da própria Plenária do Conselho.

§ 1º Cada conferência terá seu regulamento aprovado pela Plenária do Conselho.

§ 2º Caberá ao CMS/BANS, com o apoio da Secretaria Municipal de Saúde de Bananeiras, organizar e realizar as Conferências de Saúde do município.

§ 3º A Coordenação da Conferência Municipal de Saúde será exercida pelo Presidente do Conselho Municipal de Saúde ou por seu representante;

§ 4º A Secretaria Municipal da Saúde deverá prover os recursos humanos, orçamentários, financeiros e materiais para a garantia da realização da Conferência Municipal de Saúde e eventuais Conferências Temáticas.

## **CAPÍTULO VII**

### **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

**Art. 17º.** Revogam-se, expressamente, às Leis Ordinárias nº 67/1994, nº112/1997 e nº 287/2005, cabendo ao CMS/BANS adequar seu Regimento Interno no prazo máximo de 90 (noventa) dias à entrada em vigor desta Lei.

**Art. 18º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Bananeiras, em 03  
de fevereiro de 2025; 204º da  
Independência e 137º da República.



**MATHEUS DE MELO BEZERRA CAVALCANTI**  
Prefeito Constitucional do Município de Bananeiras/PB